



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012481-37.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Retificação Ou Suprimento Ou Restauração de Registro Civil - Exclusão de herdeiro ou legatário**
 Requerente: **Mirian Pereira Leite e outros**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

MIRIAN PEREIRA LEITE, ANA CLAUDIA PEREIRA LEITE ILARIO, RAQUEL PEREIRA LEITE e DEIVITI ALEXANDRE SABINO, apresentaram pedido de **RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL** alegando, em resumo, que, no assento de óbito de Rosana da Silva, genitora dos três primeiros, constou informação errônea. Aduzem que, na referida certidão, lavrada no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito da Sede, desta Comarca, constou "*A finada viúva em União Estável com o Sr. DEIVID ALEXANDRE FABIANO*", situação esta incorreta. Pleiteiam, assim, a retificação do referido assento, com a exclusão da referida anotação.

A petição inicial veio instruída com os documentos de págs. 07/41

O d. Representante do Ministério Público opinou favoravelmente à pretensão (págs. 45/46).

É o relatório.

DECIDO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante as informações prestadas às págs. 10/12, 17/20 e 34/37, **defiro** aos autores os benefícios da Justiça Gratuita. Anote-se.

Os documentos encartados nos autos fazem prova do estado civil da falecida, constando, inclusive, declaração de próprio punho do autor DEIVITI (págs. 40/41), a corroborar com as alegações constantes da exordial.

Soma-se a isso o fato de que não há informação de necessário registro, perante o Cartório de Registro Civil, acerca da união estável anotada no referido assento.

Tem-se, assim, que a pretensão dos autores é perfeitamente viável, posto que a Lei de Registros Públicos assegura aos interessados o direito à retificação de assentos erroneamente lavrados, e o entendimento jurisprudencial prevalente tem chancelado postulações assemelhadas.

Em precedente, ora invocado como razão de decidir, se estabeleceu:

"AÇÃO RETIFICAÇÃO DE ASSENTO DE ÓBITO – União estável - Inserção de informação não válida, sem cumprimento integral dos termos do Provimento nº 58/89 das normas de serviço dos cartórios extrajudiciais, da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, Capítulo XVII, 94, "d", com a redação do Provimento CG nº 25/2014 – Declaração judicial de inexistência de união estável – Sentença parcialmente reformada – RECURSO PROVIDO.

...

No momento da declaração de óbito ao agente funerário (que serve de base para a expedição do assento de óbito), a sra. Marli informou conviver com o de cujus.

O Provimento nº 58/89 das normas de serviço dos cartórios extrajudiciais, da Corregedoria Geral de Justiça de São Paulo, Capítulo XVII, 94, "d", com a redação do Provimento CG nº 25/2014, determina:

"94. O assento de óbito deverá conter: (Alterado pelo Provimento CG Nº 41/2012) a) a hora, se possível, o dia, o mês e o ano do falecimento; (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 41/2012) b) o lugar do falecimento, com a sua indicação precisa; (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 41/2012) c) o prenome, o sobrenome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a profissão, a naturalidade, o domicílio e a residência do morto; (Acrescentado pelo Provimento CG Nº 41/2012) d) se era casado ou vivia em união


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estável, o nome do cônjuge ou companheiro supérstite, mencionando-se a circunstância quando separado judicialmente, divorciado, ou de união estável dissolvida; se viúvo ou companheiro supérstite, o nome do cônjuge ou companheiro pré-morto; e o Registro Civil das Pessoas Naturais do casamento ou união estável; (Alterado pelo Provimento CG Nº 25/2014);

Assim, para a declaração em epígrafe havia necessidade de anterior registro, perante o cartório de registro civil das pessoas naturais, da união estável, o que no caso, não havia. Após o óbito foi ajuizada ação judicial, a qual, através de sentença, não reconhece existência da relação de união estável. Não obstante, não transitada em julgado referida decisão, a declaração prestada para fins da certidão de óbito não é válida, o que merece retificação "(...)" (TJSP; Apelação 1022379-84.2015.8.26.0100; Relator (a): Maria Salete Corrêa Dias; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 2ª Vara de Registros Públicos; Data do Julgamento: 06/08/2018; Data de Registro: 06/08/2018)

Isso posto, **acolho** o pedido inicial e, nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei nº 6015, de 31/12/1973, determino a retificação do assento referido na exordial, para exclusão da anotação "A finada viúva em União Estável com o Sr. DEIVID ALEXANDRE FABINO". Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de retificação, instruído com as cópias necessárias e arquivem-se os autos.

P.R.I.

Araraquara, 14 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**